

Marcelo de Almeida Frota

De: Sen. Eunício Lopes de Oliveira (institucional)
Enviado em: terça-feira, 27 de novembro de 2018 10:54
Para: Presidência
Assunto: ENC: ABRASCA | Projeto de Novo Código Comercial - PLS 487/13

De: Abrasca Associação Brasileira das Cias Abertas [mailto:abrasca@abrasca.org.br]

Enviada em: segunda-feira, 26 de novembro de 2018 21:10

Para: Sen. Eunício Lopes de Oliveira (institucional) <eunicio.oliveira@senador.leg.br>

Cc: Milton Alves <milton@abrasca.org.br>

Assunto: ABRASCA | Projeto de Novo Código Comercial - PLS 487/13



PRE-037/18.

Rio de Janeiro, 26 de novembro de 2018.

**Exmo. Sr.
 Eunício Lopes de Oliveira
 Senado Federal
 Presidente**

*À Comissão Temporária para
 Reforma do Código Comercial.*

Junte-se ao processo do

PLS
nº 487, de 2013.

Em 12/12/18

*Sen.
 Paulo Paim*

REF.: Projeto de Novo Código Comercial - PLS 487/13

Excelentíssimo Senhor,

A propósito da votação do projeto de lei em referência, agendada para o próximo dia 27 de novembro na Comissão Temporária para Reforma do Código Comercial, a Abrasca – Associação Brasileira das Companhias Abertas vem reiterar sua posição contrária ao projeto, com base em extensa pesquisa e debates junto a suas associadas e, em especial, na avaliação dos membros da sua Comissão Jurídica.

Em sua posição contrária à aprovação do projeto de lei, a Abrasca está alinhada com a opinião de respeitados juristas brasileiros, entre os quais, Erasmo Valladão, Francisco Müssnich, Luciana Dias, Marcelo Trindade, Modesto Carvalhosa, Nelson Eizirik e Otávio Yazbek, todos profundos conhecedores da realidade empresarial do País.

Nossa visão é de que:

I) A promulgação de um Novo Código implica a ocorrência de controvérsias e conflitos na sua interpretação. A pacificação desses entendimentos custa muito tempo em que os agentes econômicos têm que conviver com alto grau de incerteza. Além disso, acarreta também consideráveis despesas em custos judiciais. É inoportuno que todas as empresas brasileiras arquem com esses ônus, sobretudo na atual conjuntura;

II) O texto do Projeto de Lei 487/13 se superpõe a conceitos sedimentados da Lei 6.404/76, a Lei das Sociedades por Ações, trazendo enorme potencial de risco às companhias abertas;



III) Ao contrário do disposto no texto do PLS 487/13, o Código Comercial não deve prever, em nenhuma hipótese, a aplicação de dispositivos do Código de Defesa do Consumidor no contexto de relações empresariais, que não são consumeristas. As sociedades empresárias devem ser capazes de estabelecer suas relações contratuais e tomar suas próprias decisões negociais;

IV) Paradoxalmente, embora busque uma abordagem modernizadora, a essência da concepção do PLS adota uma visão totalizante e antiquada do direito empresarial, típica do final do Século XIX; e

V) Os problemas centrais para o ambiente de negócios brasileiro, na ótica empresarial, são outros, como por exemplo, a legislação tributária. A reforma da legislação comercial não é nem prioritária nem necessária. **Os pontos positivos do projeto podem ser apartados e tornarem-se objeto de leis específicas:** sociedades limitadas e direito marítimo, por exemplo.

De outro lado, pelo mesmo compromisso da Abrasca com a construção de um ambiente de negócios saudável e profícuo, gostaríamos de manifestar nosso apoio a projetos que estão tramitando no Senado Federal e merecem, segundo a ótica das companhias abertas brasileiras, serem priorizados em relação ao debate em torno da reforma do Código Comercial. São eles:

- **Projeto de Lei do Senado 240/12** – assegura a proteção dos interesses das empresas brasileiras que atuam no exterior, e suas controladas, contra medidas restritivas ou arbitrárias dos estados nos quais realizam suas atividades.

- **Projeto de Lei do Senado 248/12** – regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, para estabelecer a possibilidade de prorrogação do prazo que suspende o curso da prescrição e de todas as ações e execuções em face do devedor.

- **Projeto de Lei do Senado 348/12** – altera a Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, para simplificar a constituição e o funcionamento da sociedade anônima de capital fechado que possua menos de vinte acionistas e patrimônio líquido inferior a cem milhões de reais.

Finalmente, destacamos que os temas mencionados têm grande relevância para o ambiente de negócios de TODAS as empresas brasileiras porque trazem riscos e custos para o setor produtivo e, em especial, para as companhias abertas devido à sua complexidade.

A Abrasca reúne voluntariamente mais de 250 associadas responsáveis por cerca de 80% do valor de mercado de todas as companhias com ações negociadas na bolsa de valores (B3) e que contribuem para a formação de 16% do PIB brasileiro, em múltiplos setores.

Vimos sugerir a realização de audiência pública sobre o teor do relatório apresentado e nos colocar à disposição para contribuir da forma que for pertinente para o aprimoramento de tão importante proposta legislativa.

Atenciosamente,



Alfried K. Plöger
Presidente do Conselho
ABRASCA - Associação Brasileira das Companhias Abertas
Atenciosamente,





Brasília, 10 de dezembro de 2018.

Senhor Alfried K. Plöger, Presidente da Associação
Brasileira das Companhias Abertas – ABRASCA,

Acuso recebimento, nesta Secretaria-Geral da Mesa, da
Carta, de Vossa Senhoria, encaminhada pela Presidência do Senado
Federal. Cabe-nos informar que sua manifestação foi remetida à
Comissão Temporária para Reforma do Código Comercial do Senado
Federal para juntada ao Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que
"Reforma o Código Comercial".

Atenciosamente,


Luiz Fernando Bandeira de Mello
Secretário Geral da Mesa

